



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

ATA DO 85º. ENCONTRO DE PRESIDENTES

PRESIDÊNCIA: Des. MARCUS ANTONIO DE SOUZA FAVER

PERÍODO DE 23 a 25 DE SETEMBRO 2010.

LOCAL – SANTARÉM / PARÁ.

A abertura dos trabalhos foi realizada no salão de Convenções do Hotel Barrudada Palace Hotel, na cidade de Santarém, Estado do Pará, com a presença de presidentes e representantes de dezessete Tribunais Estaduais. Compuseram a mesa de honra o Desembargador Marcus Faver, Presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, o Desembargador Rômulo Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Doutor Ibrahim das Mercês Rocha, Procurador Geral do Estado, Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, vice presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Doutora Maria do Carmo Martins, Prefeita Municipal de Santarém, Doutor Geraldo de Mendonça Rocha, Procurador Geral de Justiça do Pará, Doutor Roberto Vinholte, vice presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Santarém, Doutora Germana Serra de Freitas, Coordenadora da Defensoria Pública de Santarém, Doutor Silvio César dos Santos Maria, Diretor do Fórum de Santarém.

Pronunciaram-se na abertura o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Desembargador Rômulo Nunes, a

Prefeita Municipal, Doutora Maria do Carmo Martins Lima e o Presidente da Comissão Executiva do Colégio, o Desembargador Marcus Faver. A sessão da abertura foi ilustrada com a Orquestra Filarmônica Wilson Fonseca e com a exibição do tenor Francisco Campos, funcionário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Os trabalhos foram iniciados às nove horas do dia vinte e quatro de setembro, oportunidade em que o Desembargador Marcus Faver, distribuiu cópias dos estatutos e do parecer das Câmaras dos Deputados no projeto de Decreto Legislativo n.731/2000, que convoca Plebiscito para criação do Estado do Tapajós e discorreu sobre a atuação de Desembargador Milton Nobre como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, enaltecendo a sua presença e a sua efetiva participação.

Em seguida, o Conselheiro Milton Nobre apresentou uma síntese da Justiça em Números/2009, ressaltando a transparência do Poder Judiciário e o objetivo do programa de conhecimento da realidade brasileira para servir como base do planejamento para os exercícios posteriores. Destacou a importância de os indicadores referentes às peculiaridades regionais, atingindo um índice de 95% (noventa e cinco por cento) da realidade. Discorreu ainda, sobre as despesas do Poder Judiciário no Brasil, de seus recursos humanos, da carga de trabalho dos magistrados e dos graus de jurisdição e sobre aspectos relevantes da litigiosidade e das funções sociais dos magistrados e de suas responsabilidades perante a sociedade. Seguiram-se os debates com a participação dos Desembargadores Marcus Faver e Victor Lenza.

Prosseguindo os trabalhos o Juiz Federal Paulo Cristóvão de Araújo Silva Filho, Juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, proferiu palestra sobre a "Uniformização de procedimentos na implantação do Processo Judicial Eletrônico", abordando aspectos peculiares da realidade da Justiça de 1º grau no Brasil, como as praxes e as rotinas adotadas por Juízes e por cartórios, que

prejudicam a uniformização e a presteza e eficácia da jurisdição. Explanou sobre a profissionalização da gestão destacando a importância da informação e da informatização processual, com o programa elaborado pelo CNJ e pelos Tribunais, denominado Processo Judicial Eletrônico, com suas motivações e as vantagens do processo virtual em relação ao processo físico.

O Desembargador Rafael Godeiro, do Rio Grande do Norte, convidou os presentes para a inauguração da nova penitenciária cujo projeto em parceria com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados atende os reclamos humanísticos, no próximo dia 29 do corrente na cidade de Macau, e convocou a Desembargadora Maria Zeneide Bezerra a promover uma explicação sobre os programas "Justiça na Praça", para o povo, "Justiça na Escola", para as crianças, e o "Projeto Desenvolver", voltado ao aprimoramento dos servidores do Poder Judiciário.

O Doutor Saulo Rodrigues proferiu palestra sobre as Parcerias Público – Privada nos Tribunais de Justiça, sugerindo a sua adoção como fórmula de captação de recursos necessários para as ações sociais do Poder Judiciário, inclusive na realização de campanhas junto à população, importante mecanismo visando à melhor distribuição de Justiça. Durante os debates, manifestaram-se os Desembargadores Marcus Faver; Victor Lenza e outros.

Durante as comunicações dos Presidentes, o Desembargador Celso Macedo, do Paraná, abordou o problema dos vencimentos dos servidores do judiciário e anunciou a criação de um fundo destinado à remuneração dos cartórios estatizados, registrando cerca de duzentos e oitenta pedidos de demissão, em razão dos baixos salários. O Desembargador João Simões, do Amazonas, também em relação à política salarial, pediu apoio do Colégio para a regularização das finanças do seu Tribunal. O Desembargador Marcus Faver mostrou empenho junto ao Presidente do CNJ, para a solução deste problema. O Desembargador Cássio Guedes, de Rondônia, parabenizou o

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, pelos Programas levados a efeito, assinalou a preocupação com a pessoa do preso e com a humanização da pena e instou pela intermediação do CNJ junto aos governadores dos Estados, para a solução desses impasses, abordando finalmente o problema do expediente externo das Unidades Judiciais. O Desembargador Lécio Resende, representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, fez referencia também à questão vencimental, prejudicada mediante resolução do CNJ, sugerindo a revogação dos atos que a ocasionaram. Finalmente colocou à disposição de todos o Programa do "Acórdão em Tempo Real" e de redução do tempo despendido com o despacho de expediente. O Desembargador Pedro Ranzi, do Acre, diz estar sendo questionado sobre a legalidade da contribuição dos Tribunais com o Colégio, embora haja uma lei autorizando a despesa. Usaram da palavra ainda os Desembargadores Jaime Ferreira, do Maranhão, Nilo Ramalho, da Paraíba e Rêmolo Letteriello, do Mato Grosso do Sul, que fez oportuna abordagem sobre o percentual de limite com gastos de pessoal, sugerindo tratamento especial para o Poder Judiciário cuja atividade é essencialmente de prestação de serviços.

Em seguida, aprovou a "Carta de Santarém", recomendando a sua divulgação em todos os Estados. Finalmente, lavrou-se a presente ata que, lida e considerada conforme, vai devidamente assinada pelo Presidente do Colégio, por mim, Robério Nunes, Secretario *ad hoc*, e pelos demais presentes.

Des. MARCUS FAVER
Presidente da Comissão Executiva

Des. ROBÉRIO NUNES
Secretario *Ad hoc*

Dês. RÔMULO NUNES
Presidente do TJ/PA

Des. TELMA LAURA SILVA BRITTO
Presidente do TJBA

Des. BERNARDINO LUZ
Representante do TJTO

Des. JAIME FERREIRA
Representante do TJMA

Des. VITOR BARBOSA LENZA
Representante do TJGO

Des. PAULO DA CUNHA
Representante do TJMT

Des. NILO LUIS R. VIEIRA
Presidente do TJPB

Des. ROSIMAR LEITE CARNEIRO
Representante do TJPI

Des. RAFAEL GODEIRO
Presidente do TJRN

Des. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
Presidente do TJAM

Des. CELSO ROTOLI DE MACEDO
Presidente do TJPR

Des. PEDRO RANZI
Presidente do TJAC

Des. LÉCIO REZENDE DA SILVA
Representante do TJDF

Des. RÊMULO LETERIELLO
Representante do TJMS

Des. CÁSSIO RODOLFO S. GUEDES
Presidente do TJRO

Des. DÔGLAS EVANGELISTA
Presidente do TJAP